

# A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS DEFICIENTES NO ENSINO REGULAR

2019

## **Adriano Simioni Alvim**

Psicólogo pela Unifaminas – Muriaé – 2010  
Pedagogo pela Universidade do Estado de Minas Gerais – 1996  
Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Federal de Psicologia – 2018  
Especialista em Psicologia Clínica – 2012  
Especialista em Educação Ambiental – 2003  
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG (Brasil)  
[simionisimioni@hotmail.com](mailto:simionisimioni@hotmail.com)

## **Monique Pimenta Novaes**

Enfermeira pelo Centro Universitário Redentor – Uniredentor - 2017 (Brasil)  
[moniquenovaesp@hotmail.com](mailto:moniquenovaesp@hotmail.com)

---

## **RESUMO**

O projeto de inclusão tem por finalidade promover a participação social das pessoas portadoras de deficiência, tendo por princípio a ideia de que a sociedade precisa fornecer condições para que todos os indivíduos tenham plenas possibilidades de serem sujeitos ativos no meio social. Dessa forma, a escola é um dos ambientes que mais vivencia esse projeto de inclusão, sendo convidada a modificar toda a sua estrutura física e pessoal para atender a essa nova demanda. Nesse sentido, muitos são os desafios vividos pela comunidade escolar, desafios esses vividos principalmente pelos professores que não se encontram muitas das vezes preparados para lidar com a inclusão. Nesse sentido o mediador se torna peça essencial desta ambiência, pois colabora na adaptação do aluno bem como auxilia o professor a lidar com essa nova demanda. Portanto, considerou-se importante, fazer uma breve reflexão sobre o papel do mediador e do professor enquanto facilitadores do processo de inclusão, tendo como foco os indivíduos autistas.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, mediador, deficiência.

Copyright © 2019.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



---

## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram tratadas das mais variadas maneiras, a visão e compreensão em torno desses sujeitos esteve há muito caracterizada pela segregação, sendo excluídos do meio social. Esse olhar é modificado apenas nos últimos anos, principalmente após a implantação do projeto de inclusão através da Declaração de Salamanca.

Dessa forma, a discussão em torno da inclusão permeia o imaginário da sociedade, sendo um dos temas mais discutidos o Projeto de Inclusão Social, que tem por objetivo defender toda a pessoa. Sendo ela deficiente ou não, a ter uma participação social plena.

O projeto de inclusão tem por finalidade promover a participação social das pessoas com deficiência, tendo por princípio a ideia de que a sociedade precisa fornecer condições para que todos os indivíduos tenham a possibilidade de serem sujeitos ativos no meio social. Nesse sentido, um dos ambientes onde as discussões sobre o projeto de inclusão mais se propaga são as escolas.

Assim, o projeto de inclusão busca priorizar uma educação para todos, construindo uma escola estruturada de forma a complementar as necessidades de todos os sujeitos. Ao incluir os portadores de necessidades especiais no ensino regular busca-se transformar a realidade das escolas, adaptando tanto o espaço físico e pessoal para atender a essa nova clientela.

De acordo com Wanderley (1999), vivemos em um tempo onde uma das grandes discussões é o pensar e o repensar sobre o papel sócio-econômico-cultural em relação ao “diferente”. É o refletir sobre o outro, é o compreender o outro em suas peculiaridades, é perceber o outro enquanto um ser diferente, mas que possui os mesmos direitos.

Nessa perspectiva, as escolas assumem esse importante papel de refletir e agir diante do diferente, de trazer novos olhares, de conscientizar toda a comunidade escolar sobre a importância da inclusão.

De acordo com Mantoan (1997), incluir significa estar com o outro e cuidar uns dos outros, o que significa que todos devem participar; pais, estudantes, membros da comunidade, todos



devem ser inseridos nessa nova cultura, nessa nova realidade, nessa nova maneira de olhar, enfim, nessa forma de agir e transformar.

Nesse sentido, é importante que o projeto de inclusão possa ser disseminado nas escolas através de ações que tenham como foco a ampliação do acesso e do atendimento educacional especializado, criando condições necessárias para a inclusão efetiva desses sujeitos no ensino regular.

De acordo com a Declaração de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, o termo pessoas deficientes, refere-se a “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, 1975, p. 1).

Sendo assim, as pessoas com deficiência referem-se aos deficientes mental, visual, auditiva, física, motora, deficiências múltiplas, autismo, distúrbios severos de comportamento, distúrbios de aprendizagem e pessoas com altas habilidades, como a superdotação.

Entretanto, para que a inclusão seja realizada de maneira real, é necessário que o professor tenha conhecimento sobre cada uma dessas deficiências, estando preparado para lidar de forma diferenciada com cada indivíduo. Dessa forma, as escolas que oferecem ensino regular tiveram que dar conta de incluir crianças com necessidades especiais em classes já existentes na escola, classes essas compostas por muitos alunos, com professores sem capacitação necessária para lidar com as dificuldades desses. Diante disso, tornou-se como opção mais viável colocar um profissional especializado na sala de aula, com o intuito de acompanhar essa criança ou adolescente em parceria com o professor regente. Denominado como mediador, passou a ser peça chave no processo de inclusão, pois ele favorece a interpretação do estímulo ambiental (MOUSINHO, ET AL., 2010).

Nesta ótica, considerou-se importante, fazer uma breve reflexão sobre o papel do mediador e do professor enquanto facilitadores do processo de inclusão. O objetivo do trabalho é promover uma maior flexibilidade para a construção de propostas pedagógicas e de organização escolar, tendo como objetivo geral compreender o processo de inclusão de deficientes.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A Educação Especial**

A educação especial tem como objetivo atender as pessoas com deficiências, transformando a realidade desses sujeitos, que de certa forma foram excluídos da sociedade durante tantos anos.

De acordo com Bueno (1993), a educação especial foi criada com o intuito atender a dois interesses contraditórios: a educação especial que surge como resposta aos anseios da democratização da educação, visando atender aqueles que apresentavam algum tipo de deficiência; e a educação especial enquanto instituição com a finalidade de segregar o indivíduo com deficiência, pois esses espaços eram em sua grande maioria internatos, deixando as pessoas com deficiência reclusas do meio social.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a educação especial pode ser definida como:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 69).

Segundo Mazzota (1996, p. 11), a educação especial é a modalidade de ensino,

que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especialmente organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens.

Assim, a educação especial deve ser vista como um âmbito de ensino que visa complementar o ensino regular, para que o aluno portador de necessidades especiais ao frequentar o ensino regular se sinta preparado para acompanhar mais facilmente os demais colegas de turma.

No documento “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência”, pessoas “deficientes” referem-se a “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, 1975, p. 1).

A partir da Declaração de Salamanca (1994, p. 3), surge um novo termo pessoas com necessidades educativas especiais, “refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”. Nesse sentido firma-se a

ideia de que as escolas devem acolher todos os tipos de sujeitos, independente de suas condições, utilizando de uma pedagogia capaz de abranger a todos sem distinção de qualquer natureza.

Durante muito tempo, os portadores de necessidades especiais foram vistos como sujeitos sem importância na sociedade, eram considerados pessoas incapacitadas e que deveriam viver excluídas de qualquer ambiente. Estes, desde os mais remotos períodos foram marcados pela exclusão, sempre vistos como diferentes, trazendo consigo o jugo da rejeição, sendo considerados como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural.

No contexto da Antiguidade, as pessoas com limitações e necessidades diferenciadas (surdos, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, órfãos, doentes idosos, dentre outros), denominadas “pessoa diferente”, eram abandonadas, sendo vistas muitas das vezes como pessoas amaldiçoadas pelos deuses. Muitas das vezes a única ocupação desses era de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes (ARANHA, 2005).

De acordo com Aranha (2005), na Idade Média, “as pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas”, devido a forte influência da igreja na sociedade, começaram a ser vistas como criaturas de Deus, e por isso não poderiam ser exterminadas, entretanto, continuavam “jogadas” nas ruas. Foi somente no século XIII que começam a surgir instituições para abrigarem essas pessoas e surgem também legislações em defesa dos deficientes mentais.

Para Fumegalli (2012), a partir do século XVI, a deficiência, passou a ser vista como algo de natureza orgânica, sendo tratada pela alquimia, pela magia, pela astrologia. O século XVII ficou marcado pelo avanço do conhecimento em relação à deficiência, sendo ampliada a compreensão da deficiência como um processo natural. A partir da ideia de que a deficiência é de causa orgânica surgiram ações de tratamento médico para essas pessoas.

Ainda Aranha (2005), ganha força o que se considera de paradigma da Institucionalização, ou seja, um protótipo de como se caracteriza a relação entre a sociedade e a parcela da população constituída pelas pessoas com deficiência. Nesse contexto, os conventos, asilos, hospitais psiquiátricos eram locais de confinamento de pessoas com deficiência ao invés de lugares para tratamento.

A principal característica desse paradigma da institucionalização, que perdurou até por volta do ano de 1960, era retirar as pessoas com deficiências de suas comunidades e deixá-las confinadas em instituições situadas em locais distantes da família. Era uma forma de segregar as pessoas com deficiência como uma das inúmeras formas de higienização da época.

Segundo Fumegalli (2012), a pessoa com deficiência na década de 1960 também era denominada como indivíduo excepcional, como uma forma de criar um sentido positivo ao indivíduo considerado diferente, dessa forma, o termo remetia a alguém especialmente talentoso.

A partir desse novo conceito surgem outros termos como “portadores de necessidades especiais” e “pessoa especial”.

Destarte, a relação entre sociedade e pessoas com necessidades especiais passou por vários paradigmas, para que pudesse chegar a uma desmistificação sobre o deficiente.

No Brasil, assim como no resto do mundo não foi diferente, os deficientes foram rejeitados durante um bom período de tempo tanto pela sociedade como pela família, estes eram internados em orfanatos, manicômios, prisões. Por mais que existam relatos de escolas especializadas no Brasil Império para esses sujeitos, eles não perdiam o estigma da rejeição.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro (BRASIL, 2008, p. 2).

Em meados do século XIX esses eram segregados nas residências, onde era proporcionado um ensino fora das escolas, como uma forma de “proteger” o deficiente da sociedade, nesse período houve uma maior preocupação com a educação dos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2001).

Para Mazzotta (1996), até o ano de 1854, os deficientes eram excluídos da sociedade, sendo acolhidos em asilos e instituições filantrópicas, sem qualquer apoio educacional e funcional. Entre 1854 a 1956, surgiram algumas escolas de educação especial privadas, com o intuito de oferecer a esses portadores de necessidades especiais atendimento especializado.

Segundo Aranha (2005), no ano de 1906, as escolas públicas do Rio de Janeiro começaram a atender alunos com deficiência mental. Em 1911 foi criada no Serviço de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, a inspeção médico-escolar. Em 1912 foi criado o Laboratório de Pedagogia Experimental ou Gabinete de Psicologia Experimental, na Escola Normal de São Paulo. Em 1917, foram estabelecidas as normas para a seleção de “anormais”.

A partir do ano de 1920 houve a expansão das instituições de educação especial, em um primeiro momento de caráter privado e assistencialista. Em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento a pessoas com deficiência mental. No ano de 1954, foi fundada a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) na cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2008).

Já Sassaki (1997), diz que entre 1957 a 1993, a educação especial se tornou uma modalidade de educação escolar, tendo como objetivo garantir o acesso a educação escolar formal e

desenvolver as potencialidades dos sujeitos, levando-os a se tornarem cidadãos ativos. Nesse período ocorreu o processo denominado de integração, onde os indivíduos com deficiência que eram considerados mais aptos eram encaminhados para a escola regular, onde permaneciam apenas se conseguissem acompanhar o processo educacional.

O processo de integração consistia, portanto, em inserir socialmente aquelas pessoas “deficientes” que correspondiam ao nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. Nesse processo, como uma forma de concretizar a ideia de integração surgem as ideias de normalização, que tinha como pressuposto a ideia de que toda pessoa portadora de deficiência possuía o direito de experimentar um estilo de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura; e de *mainstreaming* que se refere à inclusão educacional, consistia na inserção de alunos com necessidades especiais em classes regulares de ensino (idem, 1997).

Para Aranha (2005), em 1971, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou um Grupo Tarefa, que tinha por objetivo tratar da problemática da Educação Especial. Nesse período através do Plano Setorial de Educação e Cultura, a Educação Especial foi incluída no rol das prioridades educacionais no país. Assim, em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, denominado de CENESP.

Na Declaração de Salamanca (1994), está expresso que foi a partir do ano de 1990, com a participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para todos na Tailândia, que surgiram as primeiras ideias sobre a política de Educação Inclusiva. E em 1994, com base na Declaração de Salamanca o conceito de educação especial é substituído pelo de Educação Inclusiva, surgindo um novo princípio “Educação Para Todos”.

Destarte, a partir do século XX, as pessoas com deficiência ganham um novo papel na sociedade, a segregação até então vivida, é deixada de lado, a rejeição, o medo, começam a se desfazer e a partir desse contexto fortalecem os movimentos sociais de luta contra a discriminação e a favor da inclusão.

As pessoas com portadores de deficiência deixam de ser os bobos da corte e se tornam pessoas com direitos como qualquer cidadão, não tendo mais que viver sob o jugo da exclusão.

## **A Educação Inclusiva**

O projeto de educação inclusiva surge como uma nova forma de saciar os anseios da população, que em meio a novos conceitos sobre igualdade se vê despreparada para encarar o diferente. Essa inclusão encontra-se articulada a diversos movimentos sociais, conferências, que



buscam a igualdade, não como uma forma de considerar todos iguais, mas sim, como uma maneira de tratar cada um com suas peculiaridades.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), o processo de inclusão marca o ideário principalmente dos países de primeiro mundo com o chamado Movimento pela Inclusão Total. Essa ideia surgiu na década de 1960, buscando inserir pessoas com deficiências nos sistemas sociais, baseada no “modelo médico de deficiência”, segundo o qual é preciso modificar a pessoa com deficiência (congenitas ou adquiridas), a fim de torná-la apta a satisfazer os padrões sociais. Neste período, o portador de necessidades especiais ainda era visto como um indivíduo que deveria ser mudado para saciar os desejos da sociedade, e se encaixar nos padrões ditos normais.

Ainda nesta década, surgiram movimentos com o intuito de reivindicar o direito de acesso a pessoas com necessidades especiais aos bens e serviços disponíveis para os demais segmentos sociais. Assim, buscou-se mais um modelo de integração escolar, que tinha como objetivo fazer com que estas pessoas pudessem viver o mais próximo das normas e padrões da sociedade, lhes dando o direito de estar em espaços sociais que aumentassem sua proximidade física com os demais alunos e pessoas (MANTOAN, 1997).

Os “incluídos”, na verdade eram apenas “jogados” em meio a uma turma de ensino regular, e deveriam se adaptar com os métodos utilizados em sala de aula, era uma forma de levá-los a viver de acordo com a padronização social.

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003), entre as décadas de 1970 e 1980, diversos instrumentos normativos são lançados: a Declaração dos Direitos do Impedido em 1975; o Programa de Ação das Nações Unidas em 1982; as Normas Internacionais do Trabalho sobre a readaptação profissional em 1984.

Na década de 90 são realizadas conferências em torno do tema da educação inclusiva, neste ano em Jomtien, na Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial de Educação Para Todos; em 1992 ocorre a Primeira Conferência Internacional de ministros responsáveis pela atenção de pessoas portadoras de deficiência, sendo neste mesmo ano formulada a Declaração de Cartagema das Índias sobre as políticas integrais para as pessoas portadoras de necessidades especiais; em 1993 é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas as Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas portadoras de necessidades especiais (Idem, 2003).

Para Gofredo (2009), no ano de 1994, acontece a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, na Espanha, sendo aprovada a Declaração de Salamanca, afirmando a inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais no Ensino Regular. Nessa declaração têm-se como princípios básicos: o reconhecimento das diferenças, a importância de uma escola que atenda a todos os indivíduos, a importância em preparar o professor para que possa



promover a aprendizagem, e principalmente, a preocupação em atender às necessidades de cada um.

De acordo com Filho e Fogli (2007), foi nesse mesmo ano que se deu o marco do processo de inclusão, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração institucional”, enfatizando que todos os indivíduos que possuem condições de desenvolver atividades curriculares devem ser incluídos no ensino regular.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), em 1999 a Convenção da Guatemala afirma que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. E em 2003, foi implantado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Programa de Educação Inclusiva, com o intuito de transformar o ambiente para receber este indivíduo, especializando docentes, reelaborando as estruturas.

Neste processo da redemocratização, inicia-se uma busca por uma educação que possa ser integrada a todos, onde a escola seja um lugar de acesso e permanência de qualquer indivíduo independente de cor, sexo, raça, religião, origem social, onde suas diferenças não são vistas como algo que possa impedir sua inserção no meio. Porém, é importante pensar até que ponto essa redemocratização leva o indivíduo a viver com qualidade, pois simplesmente ter o direito ao acesso e permanência no ensino regular não basta para estar incluído.

Para Figueiredo (2002), pensar na inclusão é ir além, é pensar em uma escola que atenda a todos, se trata de transformar a realidade educacional em função do desenvolvimento do ser humano, e não simplesmente adequá-la. É pensar em uma escola que não tenha como base a igualdade, pois esta é geradora da homogeneização, mas sim, um ambiente que proporcione um espaço para manifestações do único, do especial e do singular.

É neste íterim que surge o grande desafio das escolas: modificar toda a sua estrutura pedagógica de ensino e de aprendizagem, em busca de métodos inovadores que atendam a nova clientela. Esse atendimento aos alunos com deficiência no ensino regular traz modificações não apenas na sua estrutura pedagógica, mas também na estrutura física da escola, que deve ser adaptada para atendê-los.

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003), a maior de todas as mudanças e ao mesmo tempo a mais difícil é reestruturar a mentalidade dos sujeitos, que até então vivem de acordo com uma ideologia onde o diferente não se encaixa, não sendo produtivo, nem belo e muito menos normal. A maior meta desse projeto é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, a inserção de todos favorece o âmbito escolar por completo, colaborando na formação dos sujeitos, que através do contato beneficiam-se com experiências, podendo os portadores de necessidades

especiais nesse contexto apresentar um melhor desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003).

Já Gofredo (2009), é por meio do movimento de inclusão, busca-se ainda estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, preservando a dignidade humana e a identidade de cada sujeito, levando a sociedade a cumprir seu exercício de cidadania, não permitindo a discriminação, o preconceito, sendo cada indivíduo respeitado em sua singularidade, buscando o princípio da equidade, reconhecendo a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional de cada um.

Contudo, é importante salientar que a escola não constitui de um espaço clínico, mas, sim, educacional. O professor não tem por obrigação se preparar para suprir as necessidades clínicas e terapêuticas de seus alunos, não requer que se especialize para reduzir as deficiências, mas que consiga lidar pedagogicamente com eles, se aprimorando para que seja capaz de identificar as dificuldades de cada um (idem, 2009).

O indivíduo com deficiência ao ser incluso no ensino regular, com certeza deve receber um tratamento diferenciado, porém deve-se repensar essa diferenciação, transformando-a não em algo que diminua o aluno, fazendo-o acreditar ser inferior aos demais, mas como uma maneira de realçar suas potencialidades.

O professor deve ser mediador no processo de ensino-aprendizagem, capaz de estimular o desenvolvimento potencial do aluno, pois é através dele que a criança com deficiência pode ou não obter sucesso. Contudo, é preciso que todo o ambiente escolar também colabore nessa estimulação, pois todo o contexto vivenciado pelo sujeito o influencia na obtenção de conhecimentos, facilitando ou não sua aquisição de novos conceitos.

Sendo essencial na aquisição do conhecimento a participação de um mediador, para que o aluno dessa maneira se sinta mais incluso na sala de aula, e o professor possa realizar um trabalho mais efetivo na construção do conhecimento.

### **O papel do mediador no processo de inclusão**

O mediador tem como função disponibilizar uma atenção direcionada as necessidades específicas do aluno em sala de aula, assim como ajudá-lo na sua socialização.

De acordo com Moussinho (*et al.* 2010, p.2)

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicadas às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento.

Seguindo essa ótica, a principal função do mediador é ser intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela. Dessa forma, pode atuar nos variados ambientes escolares, como na sala de aula, nas dependências da escola, no pátio, nos passeios escolares, dentre outros.

Tem como papel também prestar apoio aos professores em sala de aula, ajudar nas atividades e trabalhos de adaptação, para tanto, professor e mediador devem elaborar propostas em conjunto para que possam realizar sua função de maneira efetiva proporcionando o aprendizado da criança autista.

De acordo com Moussinho *et all*, (2010), o mediador deve atuar como intermediário nas questões sociais e de linguagem, ensinar a criança a participar das atividades sociais, como se relacionar com outras crianças, minimizar a tendência da criança ao isolamento social, minimizar os comportamentos, no caso dos autistas, inapropriados e repetitivos, desviar a atenção das crianças das manias, rituais e atividades repetitivas, estimular a imitação dos movimentos, sons e atividades, ajudar a criança a organizar seu discurso, minimizar e intervir em situações que causam desconforto sensorial, estimular a empatia, ensinar a linguagem corporal, encorajar a solicitar ajuda, entre outras tarefas (MOUSSINHO, *et al.* 2010).

Enfim, o papel do mediador assim como o do professor é essencial no processo de aprendizagem e socialização das crianças, inclusive e fundamental para aquelas que apresentam alguma deficiência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de inclusão surge como uma forma de transformar a realidade de exclusão até então vivenciada por muitos indivíduos na sociedade, tendo como intuito desfazer paradigmas, de criar novos olhares, novos saberes sobre o diferente.

A inclusão é um direito de todo o cidadão e deve ocorrer em todos os âmbitos sociais, mas para que isso se torne efetivo é necessário toda uma reestruturação da sociedade e que sejam fornecidas condições necessárias para a participação plena de seus integrantes.

Incluir é uma tarefa difícil e que só é possível a partir da participação de toda a comunidade, a partir da criação de novos conceitos sobre o diferente e sobre a deficiência. O projeto de inclusão surge exatamente com esse intuito, o de trazer um novo olhar sobre o outro, de transformar o imaginário social em relação aos portadores de necessidades especiais. Incluir é exterminar preconceitos e estereótipos, é desmistificar a ideia de que as pessoas com necessidades especiais não são capazes, é criar novos ares, olhares, novos mundos.

Nesse sentido, as escolas possuem papel fundamental, pois o espaço escolar é um ambiente essencial para que o sujeito seja incluído. A inclusão escolar, entretanto, não deve estar voltada apenas para ideia de mudanças físicas no espaço educacional. Incluir vai muito além, e deve ter como foco o fortalecimento da participação plena dos alunos com necessidades especiais nas salas de aulas, oferecendo oportunidades efetivas de desenvolvimento de seu potencial e de suas necessidades educacionais específicas. A construção de sistemas educacionais inclusivos implica na criação de um ambiente escolar rico em estímulos, e que valorize as diferenças, as singularidades, a pluralidade de ideias.

Por fim, a inclusão se faz necessária a participação significativa do professor e do mediador como essenciais no processo de aprendizagem e socialização desse sujeito. Diante disso, os professores e os mediadores devem ser capacitados para lidar com esse aluno, para que a partir do conhecimento sobre as limitações e habilidades deste último, sintam-se motivados a buscar novos recursos de trabalho, criando diferentes estratégias para incluir de fato o aluno com deficiência no ensino regular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes nacionais para educação especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001.

BUENO, J.G.S. Educação Especial Brasileira: a integração-segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1997 (1994).

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly, Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DPEA, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade: In: Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FILHO, Lucindo Ferreira da Silvae FOGLI, Bianca Fátima Cordeiro dos Santos. Educação Inclusiva: uma possibilidade em um cenário de contradições. Rio de Janeiro: Faetec, set/dez 2007.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. Inclusão Escolar: o desafio de uma educação para todos. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2012.

GOFREDO, Vera Lúcia F. S. de. Fundamentos da educação especial. Jacarepaguá, RJ: Faculdades Integradas de Jacarepaguá, 2009.

MANTOAN, E. A integração de pessoas com deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MOUSINHO, R.; SCHMID, E; MESQUITA, F.; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. Mediação Escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Revista de Psicopedagogia. vol 17. nº8. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 01 fev 2018.

ONU. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Resolução nº30/84. Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. Organização das Nações Unidas. 1975.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WANDERLEY, Fabiana. Normalidade e patologia em educação especial. Psicologia: Ciência e Profissão. vol 19. nº2. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 20 ago 2015.